

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE LAVRAS DA MANGABEIRA/CE - CMDMLM

CAPÍTULO I
Da Natureza e Finalidade

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lavras da Mangabeira – Ceará/CMDMLM criado pela Lei Municipal N° 228, de 30 de Novembro de 2011, órgão vinculado à Secretaria do Trabalho, da Mulher e Desenvolvimento Social – STMDS tem por finalidade promover medidas e ações que possibilitem o exercício dos direitos da mulher e sua participação no desenvolvimento social, político, econômico e cultural do município, tendo seu funcionamento regulado pelo presente Regimento Interno.

CAPÍTULO II
Das Competências e Atribuições

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lavras da Mangabeira – Ceará/CMDMLM tem as seguintes competências:

- I. Traçar diretrizes referentes à Política Municipal, relativa à defesa dos direitos da mulher, a eliminação das discriminações para com esta e a sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural;
- II. Prestar, quando solicitado, assessoria ao Poder Executivo Municipal, emitindo pareceres, acompanhando a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito do Município. Bem como, opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher;
- III. Estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate das condições em que vivem as mulheres na cidade e no campo, propondo políticas públicas para eliminar todas as formas identificáveis de discriminação;
- IV. Estimular e desenvolver pesquisas e estudos sobre a produção das mulheres, construindo acervos e propondo políticas de inserção da mulher na cultura, para preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural da mulher;
- V. Fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação em vigor relacionada aos direitos assegurados da mulher;
- VI. Sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra as mulheres;
- VII. Sugerir a adoção de providência legislativa que vise a eliminar a discriminação de sexo, encaminhando-a ao Poder Público competente;
- VIII. Promover intercâmbios e firmar convênios ou outras formas de parcerias com os poderes: municipal, estadual, federal e internacional, público ou particular, visando a obtenção de recursos, equipamento e pessoal, objetivando o melhor atendimento de suas finalidades;
- IX. Manter canais permanentes de diálogo e de articulação com o movimento de mulheres em suas várias expressões, apoiando as suas atividades sem interferir em seu conteúdo e orientação própria;
- X. Receber, examinar e efetuar denúncia que envolvem fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, além de acompanhar os procedimentos pertinentes;

CAPÍTULO III **Da Estrutura**

Art.3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Lavras da Mangabeira – Ceará/CMDMLM tem a seguinte estrutura:

- I. Presidente;
- II. Vice Presidente;
- III. Secretaria Executiva

CAPITULO IV **Do Conselho**

Seção I **Da Constituição e Composição do Conselho**

Art.4º - O Conselho será presidido por um (a) conselheiro (a) escolhido (a) pelo Colegiado que forma este Conselho e será composto por um conselho deliberativo com 20 conselheiros, sendo 10 membros titulares e 10 suplentes, escolhidos entre pessoas que tenham contribuído de forma significativa em benefício dos direitos da mulher.

Art.5º - O mandato dos Conselheiros será de 02 anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo único – cinco de seus membros efetivos e seus respectivos suplentes serão escolhidos por pessoas indicadas pelo movimento democrático e popular e cinco através de indicação do Poder Executivo dentre mulheres das seguintes secretarias:

- I. Secretaria do Trabalho, da Mulher e Desenvolvimento Social;
- II. Secretaria de Saúde;
- III. Secretaria de Educação;
- IV. Secretaria da Cultura;
- V. Secretaria de Agricultura.

Art.6º- A Conselheira que não comparecer no período de um ano a 3 (três) reuniões consecutivas e/ou a 5(cinco) intercaladas, sem justificativa registrada em ata, deixará de integrar o Conselho, sendo substituída pela suplente, que se integrará ao Conselho até o final do mandato para o qual foi nomeada a titular. A Conselheira dispensada será notificada formalmente.

Parágrafo único – As suplentes poderão ser convocadas para as reuniões do Conselho e passarão à condição de titulares nos casos de vacância ou impedimento das conselheiras efetivas.

Seção II **Do Funcionamento do Conselho**

Art.9º- O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação da Presidente, ou extraordinariamente, em decorrência de requerimento subscrito pela presidência.

1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas, por escrito, com aviso de

recebimento com antecedência de, no mínimo, 3 (três) dias.

2º- As reuniões serão realizadas com a presença de no, mínimo, a metade mais 1 (um) de Conselheiras e em segunda e última convocação com qualquer número.

Art.10 - As deliberações do Conselho, observado o quórum estabelecido no 2º do art. 9, serão tomadas por maioria simples de suas integrantes, mediante votação específica para cada matéria, e as decisões serão registradas em ata devidamente assinada pelas conselheiras presentes.

Art.11 - O Conselho exercerá suas funções, decidindo acerca de:

- I. aprovação dos planos anual e plurianual das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- II. proposta de alteração do Regimento Interno;
- III. pedidos de licença e de substituição de Conselheiras;
- IV. matérias que lhe sejam encaminhadas e digam respeito à mulher, observadas a competência do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- V. ratificação de convênios, protocolos e acordos com órgãos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados;
- VI. instituição de comissões temáticas.

Seção III **Atribuições das Conselheiras**

Art.12 - São atribuições das Conselheiras:

- I. participar e votar nas reuniões;
- II. relatar matérias em estudo;
- III. propor e requerer esclarecimentos que sirvam à apreciação de matérias em estudo;
- IV. promover e apoiar o intercâmbio e a articulação entre as instituições governamentais e privadas, no âmbito das áreas de atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- V. acompanhar a implementação de políticas públicas de gênero;
- VI. encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher as demandas da população feminina;
- VII. atuar na sensibilização e mobilização da sociedade para promover a eliminação dos preconceitos e discriminação contra a mulher;
- VIII. propor a instituição de comissões de temáticas;
- IX. participar das Comissões ou Câmaras Técnicas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- X. desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pela Presidente;
- XI. praticar os demais atos necessários ao cumprimento das finalidades do Conselho.

CAPÍTULO V **Da Presidência**

Seção I **Da Constituição e Competência**

Art.13 - A Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será nomeada para

mandato de 2 (dois) anos, escolhida dentre as demais Conselheiras integrantes do Conselho, podendo ser reconduzida por mais um mandato.

Art.14 – A Presidente, em seus afastamentos legais, ausências e impedimentos, será substituída pela Vice – presidente, ou uma Conselheira, escolhida pela Presidente e referendada pelo Conselho, sucessivamente

Art.15 – À Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, compete:

- I. presidir o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, coordenando e supervisionando as suas atividades;
- II. presidir e coordenar as reuniões plenárias do Conselho;
- III. assegurar a permanente integração dos órgãos representados no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- IV. representar o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher ou se fazer representar perante autoridades municipais, estaduais, nacionais e internacionais, bem como em eventos estaduais, nacionais e internacionais;
- V. requisitar recursos humanos e materiais necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- VI. propor a criação de comissões formadas por representantes de Secretarias Municipais e órgãos vinculados, com o objetivo de viabilizar a implementação de políticas de gênero na estrutura governamental;
- VII. sugerir estudos e medidas que visem à melhoria da execução do controle social por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- VIII. propor a contratação de especialistas;
- IX. solicitar a designação de pessoal para compor o quadro de funcionários da Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- X. zelar pela observância e aplicação das leis, decretos e regulamentos nas esferas municipal, estadual e federal;
- XI. comunicar, diretamente aos órgãos do Poder Executivo Municipal e demais autoridades representativas, as recomendações do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, solicitando as providências necessárias;
- XII. expedir, “ad referendum” do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher em situação de urgência;
- XIII. cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;

CAPÍTULO VI

Da Organização Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Art. 16 - O Conselho contará com uma Secretaria Executiva para operacionalizar suas ações, quais sejam:

- I. assessorar a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher no desempenho de suas funções;
- II. manter articulação com as Conselheiras, informando-as sobre o trabalho do Conselho;
- III. providenciar o atendimento das consultas formuladas pelo Poder Público ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- IV. assessorar a Presidente quanto à emissão de pareceres em matérias relativas à mulher, propondo os encaminhamentos cabíveis aos órgãos competentes;
- V. propor à Presidente articulações políticas com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais visando ao apoio e à ampliação dos Programas do Conselho

- Municipal dos Direitos da Mulher, bem como a obtenção de recursos financeiros para esses fins;
- VI. sugerir ao conselho a indicação de pessoas, grupos de trabalho ou comissões necessários ao desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- VII. promover as relações públicas do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- VIII. apoiar a Presidente na elaboração do relatório anual do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- IX. recolher propostas e sugestões das Conselheiras do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
- X. assessorar a Presidente e as Conselheiras na elaboração, execução e monitoramento de programas e projetos do Poder Executivo, no âmbito estadual e municipal, com vistas à incorporação do enfoque de gênero;
- XI. divulgar e acompanhar os trâmites dos projetos de lei que dizem respeito à condição da mulher, na esfera do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa e Câmara Municipal, conforme solicitado;
- XII. praticar os demais atos necessários à consecução das finalidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que lhe foram oficialmente atribuídos.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 17- As funcionárias da Secretaria Executiva serão servidoras públicas do município e não poderão exercer a função de Conselheira.

Art. 18 – As funções de Conselheiras não serão remuneradas, sendo reconhecidas como serviço público relevante.

Rachel Lopes Gonçalves

Rachel Lopes Gonçalves
Presidente do CMDM de Lavras da Mangabeira/CE

Lavras da Mangabeira – Ceará, 26 de novembro de 2025.